

FELIPE SCRIPES WLADECK

Advogado. Graduado pela UFPR.

Professor de Direito Processual Civil no Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar e mestre em Direito Processual Civil pela USP.

Membro efetivo do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).

Possui artigos nas áreas de Direito Processual Civil e Arbitragem publicados em revistas especializadas.

Um dos representantes da Justen, Pereira, Oliveira & Talamini –

Sociedade de Advogados junto ao CBAr – Comitê Brasileiro de Arbitragem.

Árbitro da CAIEP – Câmara de Arbitragem da FIEP. Árbitro da ARBITAC – Câmara de Mediação e Arbitragem.

IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL

2014



EDITORA
JusPODIVM

IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caetê Coelho (caete1984@gmail.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	19
APRESENTAÇÃO	21
PARTE 1 • CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	25
1.1. Arbitragem como instrumento facultativo e de plena realização do devido processo legal	29
1.2. Arbitragem e a lei nº 9.307/1996.....	31
1.3. Controle judicial da sentença arbitral nacional.....	32
1.4. Tema a ser desenvolvido e suas limitações.....	35
1.4.1. Não se objetiva analisar detidamente os casos de “nulidade” previstos no art. 32 da Lei nº 9.307/1996	35
1.4.2. Não se objetiva tratar do controle judicial das sentenças arbitrais estrangeiras.....	35
1.4.3. Não se objetiva realizar um estudo de direito comparado.....	36
1.5. Justificativa da escolha e da importância do tema.....	37
PARTE 2 • NACIONALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	39
2.1. Critério para a definição da nacionalidade da sentença arbitral.....	39
2.1.1. Adoção do “critério territorialista” (ou “geográfico”) pela Lei nº 9.307/1996.....	39
2.1.2. Significado de “proferimento” ou “prolação” da sentença.....	40
2.1.3. Inaplicabilidade do critério da “sede da arbitragem”.....	41
2.1.4. Sobre a definição da nacionalidade da sentença arbitral mediante a adoção de um conceito puramente jurídico de “proferimento”	44
2.2. Escolha do local em que será proferida a sentença arbitral.....	45
2.2.1. Omissão da convenção quanto ao “local em que será proferida a sentença arbitral”	45
2.2.2. Postura do árbitro diante de eventual indefinição das partes quanto ao local em que será proferida a sentença	46
2.3. Dificuldades na identificação da nacionalidade da sentença proferida	48
2.3.1. Definição da nacionalidade de sentença que é proferida a partir de locais (países) diversos.....	48

2.3.2. Definição da nacionalidade nos casos em que a sentença é objeto de “embargos de declaração” ou de recurso interno eventualmente pactuado.....	49
2.4. Possibilidade de se convencionar o afastamento do “critério territorialista”.....	52
2.5. Defeitos da sentença na indicação do local em que proferida.....	54
2.5.1. Caso em que a sentença arbitral não menciona o local em que é proferida.....	55
2.5.1.1. Possibilidade de suprimimento da omissão pelos árbitros..	55
2.5.1.2. Possibilidade de suprimimento da omissão pelo Judiciário	56
2.5.1.3. Outro possível tratamento a ser dado para a questão pelo Judiciário	57
2.5.2. Caso em que a sentença indica local diverso daquele em que foi efetivamente proferida ou nacionalidade distinta da que se definiu na convenção	58
2.5.3. Caso em que o local indicado na sentença é aquele em que ela foi realmente proferida, mas não se trata do local em que (segundo a convenção) a deliberação deveria ter sido realizada	61
2.5.4. Caso em que o local em que a sentença é proferida não é nela indicado nem corresponde ao local em que deveria ter sido proferida	63
2.5.5. Caso em que a decisão de recurso/“embargos de declaração arbitrais” apresenta falha na indicação do local em que proferida.....	64

PARTE 3 • ENCERRAMENTO DO PROCESSO ARBITRAL, CONTROLE INTERNO DA SENTENÇA E “COISA JULGADA” ARBITRAL..... 65

3.1. Encerramento da arbitragem	65
3.2. Intimação da sentença arbitral e das decisões dos “embargos de declaração” e eventuais recursos internos.....	68
3.2.1. Sobre a necessidade de intimação dos advogados das partes.....	68
3.2.2. Sobre a necessidade de intimação de representantes não-advogados e assessores das partes	69
3.2.3. Possibilidade de as partes alterarem as regras de intimação.....	70
3.2.4. Defeitos irrelevantes no ato de intimação	71
3.2.5. Forma como as intimações devem ser feitas.....	71
3.3. Pedido de esclarecimento, suprimimento e correção da sentença arbitral (“embargos de declaração arbitrais”).....	73
3.3.1. Possibilidade de as partes definirem o procedimento dos “embargos de declaração”	73

SUMÁRIO

3.3.2. Necessidade de comunicar a “parte embargada” da oposição dos “embargos de declaração”	76
3.3.3. Possibilidade de instaurar contraditório em relação aos “embargos de declaração”	77
3.3.4. Prazo para a decisão dos “embargos de declaração”	78
3.3.5. Desnecessidade de prévia oposição dos “embargos de declaração” para a impugnação judicial da sentença arbitral	81
3.4. Recursos internos ao processo arbitral	85
3.4.1. Limites a serem observados na criação de recursos internos pelas partes	86
3.4.2. Procedimento dos recursos internos convencionados	88
3.4.3. Interposição de recurso interno e preclusão	88
3.5. “Coisa julgada arbitral”	89
3.5.1. Função da coisa julgada (material) nos processos judiciais	91
3.5.2. Função da “coisa julgada arbitral”	92
3.5.3. Conceito e efeitos da “coisa julgada arbitral”	93
3.5.4. Impossibilidade de o Judiciário se imiscuir no mérito da arbitragem também antes da formação da “coisa julgada arbitral”	94
3.5.4.1. Efeitos positivo e negativo da convenção de arbitragem	94
3.5.4.2. Litispendência	96
3.5.5. A “coisa julgada arbitral” não impede a reabertura da arbitragem por acordo entre árbitros e partes	96
3.5.6. Possibilidade de as partes disporem a respeito da solução arbitral mesmo após a formação da “coisa julgada”	98
PARTE 4 • LIMITES AO CONTROLE JUDICIAL DA ARBITRAGEM E DA SENTENÇA ARBITRAL	105
4.1. Momento e conteúdo do controle judicial da arbitragem	105
4.1.1. Momento adequado para o controle judicial da regularidade do processo e sentença arbitrais	106
4.1.1.1. Motivo para a Lei ter deixado o controle judicial da arbitragem para depois da prolação da sentença	107
4.1.1.2. Situações em que cabe o controle judicial da arbitragem antes da prolação da sentença	108
4.1.1.2.1. Terceiros perante a arbitragem	108
4.1.1.2.2. Controle no âmbito do procedimento de execução específica da cláusula vazia	110

4.1.1.2.3.	Ajuizamento de ação judicial versando sobre causa que, em tese, é de competência dos árbitros	115
4.1.1.2.4.	Medidas anti-arbitrais.....	121
4.1.1.2.5.	Medidas de apoio solicitadas pelos árbitros ao Judiciário.....	128
4.1.1.2.6.	Excepcional controle judicial de atos praticados no curso da arbitragem.....	129
4.1.2.	A relação de irregularidades do art. 32 da Lei nº 9.307 e sua taxatividade.....	130
4.1.2.1.	Ressalvas e esclarecimentos sobre a conclusão de que o rol do art. 32 é taxativo	132
4.1.2.1.1.	As matérias dos arts. 475-L ou 741 do Código de Processo Civil	133
4.1.2.1.2.	Necessidade de interpretar o art. 32 de modo razoavelmente aberto.....	133
4.1.2.1.3.	Excepcional possibilidade de controle judicial relacionado ao mérito da sentença arbitral	138
4.1.2.1.4.	A possibilidade de direta instauração de novo processo em casos de inexistência total da arbitragem ou de ineficácia jurídica da sentença arbitral	143
4.1.2.1.5.	Anulação da sentença arbitral a pedido de terceiro juridicamente prejudicado ou do Ministério Público	143
4.1.2.1.6.	Súmulas vinculantes e o controle judicial da sentença arbitral	144
4.2.	Importância da correta qualificação das irregularidades relacionadas no art. 32.....	146
4.3.	Aplicabilidade às sentenças arbitrais dos conceitos e princípios que dominam a disciplina jurídica dos vícios das sentenças judiciais	147
4.4.	Classificação dos vícios relacionados no art. 32 E a disciplina jurídica das sentenças arbitrais viciadas.....	149
4.4.1.	Sentenças arbitrais nulas.....	150
4.4.1.1.	Princípios que regem a disciplina das sentenças arbitrais nulas	152
4.4.1.2.	Descabimento da diferenciação das nulidades da sentença arbitral em absolutas e relativas	152
4.4.1.3.	Esclarecimento de ordem terminológica e o regime jurídico das sentenças nulas	154

SUMÁRIO

4.4.2. Sentenças arbitrais inexistentes	157
4.4.2.1. Sentenças juridicamente inexistentes	162
4.4.2.2. Sentenças materialmente inexistentes.....	168
4.4.2.3. O regime jurídico das sentenças inexistentes.....	169
4.4.3. Sentenças juridicamente ineficazes	175
4.4.3.1. Considerações gerais sobre a “ineficácia jurídica” das sentenças judiciais	175
4.4.3.2. Ineficácia jurídica da sentença arbitral.....	180
4.4.3.3. Situação em que a sentença arbitral é favorável ao terceiro que deveria ter sido parte do processo arbitral	183
4.4.3.4. Sentença arbitral proferida em processo do qual não participou litisconsorte necessário.....	184
4.4.3.5. Existência e eficácia jurídica da sentença arbitral em outros casos de ofensa aos direitos de contraditório e ampla defesa.....	188
4.4.3.6. Regime jurídico da sentença juridicamente ineficaz	189
4.4.4. Sentenças arbitrais inquinadas de irregularidades ou defeitos materiais relevantes, mas que não afetam a sua existência, eficácia jurídica ou validade	191
4.4.5. Síntese sobre a classificação dos vícios da sentença arbitral	194

PARTE 5 • SUPRIMENTO, CONVALIDAÇÃO E RELEVAÇÃO DE DEFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL 197

5.1. A prévia instauração do procedimento do caput do art. 20 da lei de arbitragem como condição para o controle judicial da sentença arbitral.....	197
5.1.1. Consequência da falta de manifestação da parte interessada na forma do art. 20 da Lei de Arbitragem.....	198
5.1.1.1. Os casos de suspeição de árbitro	199
5.1.1.2. Os casos de impedimento de árbitro	200
5.1.1.2.1. A confiança das partes nos árbitros não prevalece sobre o devido processo legal	209
5.1.1.2.2. Os casos de impedimento dos incisos I e III do art. 134 do Código de Processo Civil....	212
5.1.1.3. As demais matérias do art. 20 da Lei nº 9.307	214
5.1.2. Resultado da apreciação da exceção ou objeção pelos árbitros	217
5.2. (Im)possibilidade de preclusão em relação a outros defeitos processuais, além daqueles referidos no art. 20	218

PARTE 6 • COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR A EXECUÇÃO E AS MEDIDAS JUDICIAIS DE CONTROLE DA SENTENÇA ARBITRAL.....	221
6.1. Modo de execução da sentença arbitral nacional	221
6.1.1. Execução de sentenças arbitrais condenatórias ao pagamento de quantia	222
6.1.2. Execução de sentenças condenatórias em obrigação de fazer ou não fazer ou em obrigação de entregar coisa	225
6.1.2.1. Possível competência dos árbitros para atos de coerção indireta que não envolvam direitos indisponíveis e/ou não-patrimoniais.....	227
6.1.2.2. Diferença entre as medidas coercitivas arbitrais e cláusula penal.....	231
6.1.2.3. Atribuição de poder aos árbitros para que pratiquem atos coercitivos sem o afastamento do modelo executivo do art. 621 ou do art. 632 do Código de Processo Civil.....	232
6.1.2.4. Conciliação entre atos executivos arbitrais e judiciais	235
6.1.2.5. Nota sobre a competência para a concessão e efetivação de medidas urgentes	239
6.2. Momento para a execução da sentença arbitral nacional	240
6.2.1. Possibilidade, em tese, de executar provisoriamente a sentença arbitral	240
6.2.2. Impossibilidade de executar a sentença antes de decorrido o prazo fixado pelos árbitros para o seu cumprimento	242
6.3. Competência para a execução das sentenças arbitrais	244
6.3.1. Caso de sentença arbitral condenatória no pagamento de quantia ou em obrigação de fazer ou não fazer ou entrega de coisa, quando as partes não pactuaram a aplicação do “modelo executivo” dos arts. 461 e 461-A do Código de Processo Civil.....	244
6.3.1.1. Tese da competência do local da sede da arbitragem	244
6.3.1.2. Descabimento da tese da competência do local da sede	245
6.3.1.3. A competência é do foro do lugar em que a causa haveria de tramitar se não houvesse convenção de arbitragem.....	247
6.3.1.4. Possibilidade de eleger foro diverso para a execução.....	251
6.3.1.5. Conexão entre a execução e a ação destinada ao controle da sentença arbitral	253
6.3.1.6. Síntese do item	258

6.3.2. Caso de sentença arbitral condenatória em obrigação de fazer ou não fazer ou em obrigação de entregar coisa, quando as partes pactuaram a aplicação do "modelo processual" dos arts. 461 e 461-A do Código de Processo Civil.....	258
6.3.2.1. Inaplicabilidade do entendimento segundo o qual o árbitro pode recorrer ao foro mais conveniente para a realização prática de sentenças arbitrais.....	259
6.3.2.2. Possibilidade de as partes elegerem foro diverso	262
6.3.2.3. Competência para executar multas aplicadas por árbitros ou indenização em que a obrigação específica houver sido convertida	263
6.4. A competência para processar a execução da sentença arbitral determina a competência para a via de oposição do executado	263
6.5. Competência para a ação anulatória do § 1º do art. 33 Da lei nº 9.307 E outras medidas de controle da sentença arbitral nacional	265
6.6. Incompetência dos juizados especiais e da justiça do trabalho para a execução e processamento de medidas de impugnação da sentença arbitral.....	267

PARTE 7 • CONTROLE DA SENTENÇA ARBITRAL NACIONAL SEGUNDO A

LEI Nº 9.307/1996.....	269
7.1. Ação anulatória.....	271
7.1.1. Objeto e natureza da ação anulatória	271
7.1.2. Possibilidade de cumular (em caráter sucessivo eventual) pedido de novo julgamento da causa (pelo Judiciário) ao pedido de anulação	273
7.1.2.1. Os efeitos da decisão do "pedido rescisório" se produzem apenas depois de transitada em julgado a decisão do "pedido rescindendo"	273
7.1.2.2. Pedido de novo julgamento nos casos em que a retomada da arbitragem é inviável	275
7.1.2.3. Pedido de novo julgamento nos casos em que a retomada da arbitragem é em tese viável.....	277
7.1.2.4. Necessidade de realização de contraditório sobre o pedido de novo julgamento da causa	278
7.1.2.5. Necessidade de cumprimento dos requisitos do art. 292 do Código de Processo Civil para a cumulação ...	283

7.1.2.6.	Ausência de vedação legal a que seja feita a cumulação.	284
7.1.2.7.	Admitir a cumulação não equivale a admitir o controle do mérito da sentença arbitral.....	286
7.1.3.	Possibilidade de formular pedido de novo julgamento da causa autonomamente, por ação própria, antes do trânsito em julgado da decisão de anulação da sentença arbitral	287
7.1.4.	Limites objetivos da demanda de anulação	288
7.1.5.	Sobre eventuais falhas na intitulação da ação e na especificação da providência jurisdicional pretendida	291
7.1.6.	Prazo para ajuizamento	293
7.1.6.1.	Natureza do prazo	293
7.1.6.2.	Inalterabilidade e possibilidade de interrupção do prazo	297
7.1.6.3.	Prazos autônomos para as partes	300
7.1.6.4.	Momento em que o prazo do § 1º do art. 33 começa a correr	300
7.1.6.5.	Início do prazo nos casos de oposição de "embargos de declaração" ou recurso interno intempestivos.....	303
7.1.6.6.	Regras sobre a contagem do prazo.....	306
7.1.7.	Legitimidade processual	308
7.1.7.1.	Legitimidade ativa.....	308
7.1.7.1.1.	Legitimidade das partes da arbitragem.....	308
7.1.7.1.2.	Legitimidade de sucessor da parte	311
7.1.7.1.3.	Terceiros intervenientes e ação de anulação ..	313
7.1.7.2.	Legitimidade passiva.....	324
7.1.7.3.	A situação dos árbitros e do órgão ou instituição arbitral...	328
7.1.8.	Interesse processual	333
7.1.8.1.	Sentença ainda sujeita a "embargos de declaração" ou recurso interno	335
7.1.8.2.	Sentença sujeita a recurso interno dotado de efeito suspensivo	339
7.1.8.3.	Sentença que já é objeto de execução judicial	340
7.1.9.	Procedimento a ser seguido	341
7.1.9.1.	Procedimento sumário.....	342
7.1.9.2.	Procedimento ordinário.....	343
7.1.9.3.	Descabimento do procedimento dos Juizados	344
7.1.10.	Medidas de urgência na ação anulatória.....	349
7.1.11.	Reconvenção e pedido contraposto no processo de anulação	356

7.1.12. Intervenção de terceiros no processo de anulação.....	359
7.1.13. Instrução probatória no processo de anulação	362
7.1.14. Aplicação subsidiária da disciplina da ação rescisória?	363
7.1.15. Efeitos do julgamento da ação anulatória	365
7.1.15.1. Acolhimento da ação de anulação nos casos do art. 33, § 2º, inciso I	367
7.1.15.2. Acolhimento da ação de anulação nos casos do art. 33, § 2º, inciso II	372
7.1.15.3. A causa deve ser devolvida aos árbitros por determinação judicial sempre que possível e necessário	374
7.1.15.4. Prazo para a prolação de nova sentença, no lugar da anulada	377
7.1.15.5. Controle judicial da sentença arbitral proferida no lugar da anulada	379
7.1.15.6. Impacto da anulação sobre a execução da sentença arbitral condenatória	380
7.1.15.7. Rejeição da ação de anulação	381
7.2. Ação declaratória de inexistência e ineficácia jurídica da sentença arbitral	382
7.2.1. Possibilidade de cumular pedido de julgamento da causa submetida aos árbitros ao pedido de declaração de inexistência ou ineficácia jurídica	384
7.2.2. Limites objetivos da ação declaratória	387
7.2.3. Legitimidade e interesse de agir	391
7.2.4. Momento do ajuizamento da ação declaratória	396
7.2.5. Procedimento da ação declaratória	401
7.2.6. Medidas urgentes na ação declaratória	403
7.2.7. Intervenção de terceiros no processo de declaração	404
7.2.8. Reconvensão e pedido contraposto	405
7.2.9. Instrução probatória no processo de declaração	405
7.2.10. Efeitos do julgamento da ação declaratória	406
7.2.10.1. Efeitos do acolhimento da ação declaratória	407
7.2.10.1.1. Acolhimento da ação declaratória nos casos do art. 33, § 2º, inciso II	407
7.2.10.1.2. Acolhimento da ação declaratória nos casos do art. 33, § 2º, inciso I	409
7.2.10.1.3. Solução para eventual recusa dos árbitros em proferir nova sentença	412

7.2.10.1.4.	Prazo e limites para a prolação de nova sentença ou adequação da anteriormente proferida.....	412
7.2.10.1.5.	Impacto da declaração da inexistência/ineficácia jurídica sobre a execução da sentença arbitral condenatória .	413
7.2.10.2.	Efeitos da rejeição da ação declaratória	413
7.3.	Ações destinadas a eliminar irregularidades ou defeitos materiais relevantes para a perfeita identificação da sentença	414
7.3.1.	Falhas na indicação do local ou data de prolação da sentença	415
7.3.2.	Falta de assinatura dos árbitros na sentença	416
7.3.3.	Disciplina procedimental.....	417
7.4.	Embargos do executado e impugnação ao cumprimento de sentença ...	421
7.4.1.	Os embargos do executado como meio de impugnação da sentença arbitral nacional	422
7.4.2.	A “impugnação” a que se referem os arts. 475-L e seguintes do Código como meio de controle da sentença arbitral nacional	423
7.4.3.	Possibilidade de utilizar os embargos ou impugnação “de segunda fase” para impugnar a sentença arbitral?.....	424
7.4.4.	Divergência quanto ao possível objeto dos embargos do executado (ou impugnação ao cumprimento de sentença).....	425
7.4.4.1.	Corrente “ampliativa”	426
7.4.4.2.	Corrente “restritiva”	427
7.4.4.3.	Corrente “intermediária” (suas duas vertentes)	428
7.4.4.4.	O entendimento adotado neste trabalho	430
7.4.5.	Sobre o ajuizamento dos embargos do executado ou impugnação depois de já proposta outra demanda de controle da sentença arbitral.....	434
7.4.6.	O controle da sentença arbitral com base nos arts. 475-L e 741 do Código de Processo Civil	439
7.4.6.1.	Impugnação da sentença arbitral com base no art. 475-L, inciso I, ou 741, inciso I, do Código de Processo Civil.....	439
7.4.6.2.	Impugnação da sentença arbitral com base no art. 475-L, § 1º, ou 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil.....	440
7.4.6.2.1.	Tese ampliativa.....	441
7.4.6.2.2.	Tese intermediária.....	442
7.4.6.2.3.	Tese impeditiva	443

7.4.6.2.4. O entendimento adotado neste trabalho	446
7.4.6.3. Resultado do acolhimento dos embargos ou impugnação destinados ao controle da sentença arbitral	460

PARTE 8 • OUTROS MEIOS PARA O CONTROLE JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL NACIONAL 461

8.1. Oposição às execuções realizadas segundo o art. 461 ou 461-a	461
8.2. "Ações autônomas" posteriores ao decurso do prazo do § 1º do art. 33 Da lei nº 9.307 e ao momento para o manejo das vias típicas de defesa do executado	466
8.3. Objeção na execução ("exceção de pré-executividade")	472
8.4. Descabimento de ação rescisória	478
8.5. Descabimento de mandado de segurança.....	485
8.5.1. A natureza jurídica da arbitragem.....	490
8.5.1.1. A jurisdição como função pública	490
8.5.1.2. Os árbitros não exercem função pública: a teoria da natureza parajurisdicional ou de equivalente jurisdicional	494
8.5.2. Descabimento de mandado de segurança contra atos arbitrais....	504
8.6. Descabimento de "pedido de suspensão" pelo poder público em face da sentença arbitral.....	506
8.7. Meio para o excepcional controle de mérito	509
8.8. Ação anulatória do terceiro juridicamente prejudicado e do ministério público.....	511

PARTE 9 • SOBRE O CONTROLE DAS SENTENÇAS ARBITRAIS TERMINATIVAS, DAS SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS E DAS SENTENÇAS PARCIAIS 519

9.1. Sentenças terminativas	519
9.1.1. Sentenças arbitrais terminativas inexistentes	521
9.1.2. Sentença arbitral terminativa imotivada	525
9.1.3. Comandos com repercussão substancial contidos na sentença terminativa	525
9.1.4. Erros materiais na sentença terminativa	527
9.2. Sentenças homologatórias.....	528
9.3. Sentenças parciais.....	534
9.3.1. Prazo para a prolação das sentenças parciais	537
9.3.2. Sentenças parciais de naturezas diversas.....	539
9.3.3. Controle judicial das sentenças arbitrais parciais nacionais	540

9.3.3.1. Momento para a impugnação de sentenças parciais.....	540
9.3.3.2. Efeitos do julgamento da medida judicial de impugnação da sentença parcial sobre outras sentenças parciais e sobre a arbitragem em curso.....	542
9.3.3.3. Sobre a possibilidade de concessão de medida urgente nos procedimentos de controle de sentenças parciais.....	546
9.3.4. Sentenças parciais de nacionalidades diversas	551
9.3.5. Controle das sentenças parciais não convencionadas pelas partes.....	556

PARTE 10 • CONSIDERAÇÕES FINAIS 559

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 563